



Universidade de Brasília

ILAINE ANTUNES DE CARVALHO

**ESCÂNDALO DO MENSALÃO DO PT:
QUAL O LIMITE DA CORRUPÇÃO?**

Brasília

2013

ILAINE ANTUNES DE CARVALHO

**ESCÂNDALO DO MENSALÃO DO PT:
QUAL O LIMITE DA CORRUPÇÃO?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB, como requisito para obtenção do grau de bacharela em Ciência Política sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Caldas.

**Brasília
2013**

CARVALHO, Ilaine Antunes de

Escândalo do Mensalão do PT: Qual o Limite da Corrupção?/Ilaine Antunes de Carvalho – Brasília – 2013 (nº de folhas 47)

Monografia apresentada à Universidade de Brasília - UnB, como exigência para a obtenção do título de Bacharela em Ciência Política, sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Caldas.

1. Corrupção 2. Escândalo 3. Mensalão 4. Governo 4. Oposição

DEDICATÓRIA

À minha família por todo apoio e carinho a mim dispensados.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais José Pio e Luzia de Carvalho, que apesar de não estarem presentes neste momento de felicidade, me deram a chance de chegar até aqui. Aos meus tios Cirilo e Lourdes Gontijo, que foram o alicerce nos momentos mais difíceis e que me acolheram e confiaram na minha capacidade. Às minhas irmãs Ildeane, Idiane e meus primos/irmãos Sônia, Jeferson, Sandra, Cislene, Sara e Alessandra, que sempre presentes, seja de forma física ou espiritual, ajudaram nessa jornada, com apoio, incentivo e motivação. Meus sobrinhos lindos, espertos e cativantes, Jaqueline, Bárbara, Bianca, João Marcelo, Giovana, Isabele e Letícia. São todos eles o motivo da dedicação e coragem para seguir em frente. Pessoas importantes que sempre acreditaram no meu potencial e tiveram uma palavra amiga.

Aos amigos da Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, que sempre me acolheram com muito carinho, em especial ao Evandro Perissê, Edinaldo Marques e Mário Solon, que confiaram em mim, tiveram paciência imensurável, me deram força e sempre foram meus defensores e amigos.

Ao meu orientador, Professor Ricardo Caldas, pela paciência e valiosa colaboração na elaboração deste trabalho.

E a todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, com a realização deste sonho.

A vitória é representada por mim, mas esta é, acima de tudo, de vocês.

RESUMO

O presente trabalho trata do tema que despertou, e continua despertando, muitos questionamentos e também a indignação da população brasileira: O Escândalo do Mensalão. Ocorrido em 2005, no governo Lula, causou indiciamento no STF de 40 políticos, e ficou conhecido também como **mensalão do PT**. Foi um “prato cheio” para a oposição que não deu trégua na busca de provas e indícios na esperança de enfraquecer Lula e derrotá-lo nas eleições presidenciais de outubro de 2006.

Palavras chaves: 1. Corrupção 2. Escândalo 3. Mensalão 4. Governo 5. Oposição

ABSTRACT

This paper is about an issue which aroused, and keep arousing, some questions and also indignation at Brazilian people: O Escândalo do Mensalão occurred about 2005, during Lula's Government, and also became known by **mensalão do PT**. It was such a “plateful” for the opposition, whom didn't spared efforts on searching clues and evidences to undermine Lula and overcome him by presidential elections on October '06.

Key words: 1. Corruption 2. Scandal 3. Mensalão 4. Government 5. Opposition

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 CORRUPÇÃO.....	9
1.1 Conceito.....	9
1.2 Tipos de Corrupção.....	11
2 O ESQUEMA.....	12
2.1 Origem.....	12
2.2 Denúncia.....	14
2.3 Parlamentares e Outros Envolvidos.....	15
2.4 Empresas Envolvidas.....	30
2.4.1 Estatais.....	30
2.4.2 Fundos de Pensão.....	30
2.4.3 Empresas de Comunicação.....	31
2.4.4 Empresas Privadas.....	31
2.4.5 Instituições Financeiras.....	38
2.4.6 Empresas Estrangeiras.....	309
3 COMBATE À CORRUPÇÃO.....	40
3.1 Prevenção e Controle.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de esclarecer os detalhes do Mensalão do PT, nome dado à principal crise política ocorrida no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual consistia na compra de votos de parlamentares, e que teve ação movida no Ministério Público.

Antes de um aprofundamento na questão do escândalo, no primeiro capítulo, será apresentado o conceito de corrupção e feita uma breve apresentação de como ocorre a corrupção e como identificá-la. Suas características podem ser observadas em várias situações, e cabe destacar o fato de servidores inescrupulosos que cometem irregularidades no remanejamento de recursos. O objetivo do trabalho é, também, mostrar como a corrupção atinge toda a sociedade, não só por meio da política, mas em vários outros aspectos do dia-a-dia como nas tradições religiosas, confiança interpessoal ou atendimento às leis. O nível de corrupção de determinado país é, na sua essência, resultado do tipo de regime político adotado e, ainda, do nível de desenvolvimento econômico. A corrupção é prejudicial para a democracia e para o desenvolvimento de qualquer país e é mais frequentemente ligada ao uso de bens públicos para o benefício privado, principalmente naqueles países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. No entanto, “há evidências de que algumas formas de comportamento corrupto estão crescendo atualmente nas nações mais ‘avançadas’ política e economicamente” (KLITGAARD – 1988).

No segundo capítulo será detalhado todo o esquema, qual a sua origem, seus envolvidos e o papel de cada um no referido esquema. Como se chegou aos nomes dos envolvidos, quais as sentenças proferidas após a denúncia e julgamento, a repercussão acerca das penalidades impostas e se houve sua efetiva aplicação. A ideia básica é, de forma cronológica, apresentar o contexto histórico do escândalo, e ao mesmo tempo, nos permitir entender como os esquemas de corrupção no país estão presentes nos vários segmentos políticos.

Por fim, no terceiro capítulo serão apresentadas medidas propostas para o combate à corrupção, como um todo, em especial no que se refere ao caso abordado.

O objetivo da pesquisa é esclarecer aos leitores como foi iniciado todo o esquema, o que motivou as ações dos políticos e empresários envolvidos, os benefícios, entre outros. Apresentar a corrupção como fenômeno grave dentro do sistema político brasileiro e a forma que o problema vem sendo enfrentado pela administração pública.

1 CORRUPÇÃO

1.1 Conceito

Corrupção é como se define a forma como atuam alguns agentes públicos diante de alguma situação onde estes devem seguir regras e, ao invés, se portam de forma estranha aos padrões para favorecer interesses privados, geralmente com troca de recompensas que, muitas vezes, prejudicam uma maioria.

Em sua obra “*Dicionário de Política*”, Norberto Bobbio bem explica alguns dos conceitos de corrupção:

“Corrupção é o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estadual. [...] Corrupção significa transação ou troca entre quem corrompe e quem se deixa corromper. Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor; [...] é uma alternativa da coerção, posta em prática quando as duas partes são bastante poderosas para tornar a coerção muito custosa, ou são incapazes de a usar. A corrupção é uma forma particular de exercer influência: influência ilícita, ilegal e ilegítima.” [BOBBIO, 1998, p. 291, 292]

O que se ouve é que a tendência global em direção à democracia política, por aumentar a “transparência” na vida pública, reduzirá o espaço político disponível para práticas corruptas, no entanto, estudos confirmam que a corrupção parece ter aumentado em alguns países ex-comunistas mesmo após a adoção de regimes democráticos. (HESSEL e MURPHY, 2000)

Apesar da incidência da corrupção ser menor em alguns países desenvolvidos, é possível concluir que nenhum país é poupado de seus efeitos. A falta de confiança no governo gera corrupção, mas esta tende a ser maior em nível local, tendo em vista a intimidade e maior interação entre os agentes públicos.

Quando os cidadãos não confiam no Estado para resolver com justiça e equidade suas questões, estão propensos a buscar alternativas como o suborno ou outros atos corruptos para alcançar seus objetivos, daí, se conclui que “a confiança pode ser útil na luta contra a corrupção, uma vez que ela ajuda os burocratas a cooperarem uns com os outros e com os cidadãos, individualmente” (LA PORTA *et alii*, 1997). O que também se entende é que quando o resultado é incerto, o uso da corrupção pode se tornar um caminho com resultados mais precisos. Johnston (1997) afirma que “a corrupção afeta os processos e os resultados políticos, mas seu significado, assim como a relevância de determinados casos, são também influenciados pelo conflito de interesses políticos”.

O nível de desenvolvimento econômico é uma variável no que diz respeito à prática de atos corruptos, pois quanto mais altos os salários no setor público, menores as possibilidades de envolvimento em práticas corruptas. Treisman (2000) argumenta que o desenvolvimento econômico também fomenta a alfabetização, a educação e a ampliação de relações não personalizadas, todas aumentando as chances de que a corrupção governamental será reconhecida e enfrentada.

Vários cientistas políticos alegam que o regime político adotado é um fator influente no nível de corrupção. De acordo com essa percepção, os níveis de corrupção deveriam ser mais baixos nos sistemas políticos democráticos, pois há um maior nível de transparência como, por exemplo, a liberdade de imprensa e grupos de interesse que, normalmente, estão atentos a todas as decisões tomadas por seus agentes políticos. Outra característica que deveria influenciar no baixo nível de corrupção em Estados democráticos é a concorrência, pois há a liberdade de divulgação de abusos de seus opositores. O nível de *accountability* também é um importante fator na democracia, pois os eleitores têm a possibilidade de “premiar” os candidatos com sua reeleição, caso hajam de acordo com as necessidades da população, ou de “puni-los” com sua destituição quando não atendem às suas expectativas. A divulgação de grandes escândalos em

democracias consolidadas deveria ser um fator favorável para um menor nível de corrupção.

1.2 Tipos de Corrupção

Bobbio (1998) distingue a corrupção em três tipos, sendo elas 1) a prática da peita ou uso da recompensa escondida para mudar a seu favor o sentir de um funcionário público; 2) o nepotismo, ou concessão de empregos ou contratos públicos baseada não no mérito, mas nas relações de parentela; 3) o peculato por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado.

Quando se fala em uso da recompensa, na maioria dos casos, são aqueles em que é exercido o poder, seja ele de influência ou monetário. O funcionário público é induzido a adotar certo tipo de comportamento a troco de uma recompensa em dinheiro ou outro bem material que lhe seja benéfico.

O nepotismo (do latim *nepos*, neto ou descendente) é uma forma de corrupção pela qual um funcionário público ocupante de algum alto cargo no governo se utiliza de sua posição para empregar familiares, mesmo que sem as qualificações necessárias, em detrimento de outras pessoas que sejam capacitadas para ocupar a mesma posição, mas que não tenham vínculos familiares¹. Quando Bobbio salienta a corrupção em termos de legalidade e ilegalidade, e não de moralidade e imoralidade, ele bem exemplifica o caso em que o diretor de uma empresa privada que nomeie seu filho para exercer um alto cargo em sua instituição não comete um ato de nepotismo, enquanto que a mesma atitude administrada pelo diretor de uma empresa pública se enquadra como nepotismo.

O peculato (derivado do termo em latim *peculatus*, que no direito romano se caracteriza como o desvio de bens pertencentes ao Estado) é um crime específico do servidor público, conforme define o Código Penal Brasileiro, em seu art. 312, da Parte Especial: “*Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do*

¹ <http://www.brasilecola.com/politica/nepotismo.htm>

cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.” É subdividido em cinco categorias: peculato-apropriação; peculato-desvio; peculato-furto; peculato culposo e peculato-estelionato.

A prática da corrupção é modelada de acordo com o funcionamento de um sistema, em particular ao modo como se tomam as decisões. A grande institucionalização de certas práticas e o ritmo com que se expande o setor público influenciam sobremaneira ao aumento da corrupção. Em ambientes onde a institucionalização é estável, os comportamentos corruptos tendem a ser menos frequentes. “A corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização, à amplitude do setor público e ao ritmo das mudanças sociais; está também relacionada com a cultura das elites e das massas.” (BOBBIO, 1998, p. 292).

Ainda segundo Bobbio, aqueles que se servem das práticas corruptas para se beneficiarem, considerando que este é um modo de influenciar as decisões públicas, poderão intervir em três níveis. O objeto destes três níveis são os parlamentares, o governo e a burocracia, e a magistratura. No primeiro nível, o uso da corrupção está na fase de elaboração das decisões na tentativa de influenciar deputados, membros das comissões parlamentares, peritos, etc. Normalmente este nível é composto por aqueles grupos com baixa representatividade e pouco acesso aos *decision-makers* que têm o objetivo de obter acesso privilegiado. O segundo nível remete à aplicação de normas pela administração pública, com o objetivo de isentar ou favorecer o ator no momento da aplicação das normas. O terceiro nível é quando a corrupção usa da própria lei para beneficiar os transgressores, ou seja, brechas para isentá-los das sanções legalmente previstas.

2 O ESQUEMA

2.1 Origem

O escândalo do mensalão trata-se de um esquema de compra de votos de parlamentares que teve início no ano de 2005, e que se tornou uma das maiores

crises políticas brasileiras, com repercussão global, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O nome do esquema, “batizado” pelo Deputado Roberto Jeferson, remete ao termo mensalidade, que é referente a uma “mesada” disponibilizada para aqueles parlamentares que votassem a favor dos projetos oriundos do Poder Executivo².

A primeira divulgação do escândalo aconteceu em meados de 2005 com a divulgação de um vídeo amador que mostrava Maurício Marinho, que ocupava um alto cargo nos Correios, recebendo propina em troca de favores políticos. Marinho alega que era coordenado pelo então Deputado Federal Roberto Jeferson, também Presidente do PTB na época, e que teve seu mandato cassado em setembro de 2005, com a perda de seus direitos políticos pelo prazo de oito anos. O título da reportagem de capa da revista VEJA “O Vídeo da Corrupção em Brasília”, edição de 18 de maio de 2005, “O Homem chave do PTB”, remetia ao Deputado que, mesmo indicado como o facilitador do esquema, se passou por defensor da justiça e denunciou todos os envolvidos em uma rede de pagamentos de “mesadas” em troca de favores políticos. O vídeo mencionado foi gravado por Joel Santos Filho, advogado de Curitiba, que se fez passar por empresário interessado em participar de processos licitatórios nos Correios, ao tempo em que obteve de Maurício Marinho os detalhes do funcionamento das fraudes nas licitações e os nomes de seus envolvidos. Foi descoberto, depois, que Joel Santos Filho não era empresário e que trabalhava para o bicheiro Carlos Cachoeira quando seus negócios ilícitos vieram à tona³.

O Deputado Roberto Jeferson esclareceu que o esquema, do qual ele fazia parte, era composto por parlamentares da base aliada que recebiam, periodicamente, recursos provenientes do Partido dos Trabalhadores (PT) que, em contrapartida, recebia apoio para o governo federal. Os envolvidos, segundo

² <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI550219-EI306,00-advogado+confirma+gravacao+na+ECT+foi+encomendada.html>
http://www.gazetadotriangulo.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=21006:coluna-do-leao-mensalao&catid=16:economia&Itemid=161

³ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/manual-ladros-correios-ano-depois-novo-esquema-processo-arrastado>

Jeferson, eram fortes homens ligados ao Presidente Lula. Entre eles estavam José Dirceu, Ministro da Casa Civil e que foi apresentado como mentor do esquema, José Genuíno, Presidente Nacional do PT, Delúbio Soares, tesoureiro do PT e Marcos Valério, publicitário que seria o “homem do dinheiro” do esquema.

2.2 Denúncia

Na denúncia apresentada ao Supremo Tribunal Federal (movida pelo Ministério Público denominada **Ação Penal 470**), o ex-Deputado Roberto Jefferson se sentiu “forçado” a divulgar detalhes do esquema de corrupção de parlamentares, do qual, inclusive, fazia parte, pelo fato de que alguns dirigentes dos Correios eram indicados pelo partido.

Em julho de 2008, durante investigação sobre o banqueiro Daniel Dantas, então Gestor da Brasil Telecom que era controladora da Telemig e da Amazônia Telecom, foi descoberto que o Banco *Opportunity* era um dos principais financiadores do esquema. Durante a investigação veio à tona que essas empresas de telefonia injetaram milhões nas contas da empresa DNA Propagandas, que tinha como administrador Marcos Valério, que fazia o pagamento ilegal aos parlamentares⁴.

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u420188.shtml>

2.3 Parlamentares e Outros envolvidos

A lista de envolvidos⁵, assim como a acusação⁶ de cada um no esquema, é a seguinte:



José Dirceu de Oliveira e Silva

Foi ministro da Casa Civil em 2005, e deixou o cargo após o escândalo. Era um dos principais líderes do PT. Começou sua carreira política como líder estudantil e foi preso pelo regime militar em 1968. Depois de um exílio em Cuba, voltou ao Brasil clandestinamente em 1974. Recebeu a anistia em 1979 e ajudou a fundar o PT em 1980. Com o mandato de deputado cassado em 2005, tornou-se inelegível até 2015. Virou consultor de empresas e mantém influência no partido. **Acusação:** Chefe da campanha que elegeu o ex-presidente Lula em 2002. Negociou, segundo a Procuradoria, acordos com os partidos políticos que apoiaram o novo governo e a criação de um esquema clandestino de financiamento que distribuiu recursos ao PT e a seus aliados para garantir apoio no Congresso. **Defesa:** Afirma que se desligou do PT quando assumiu a chefia da Casa Civil e não participou das ações do partido, que eram de responsabilidade de seus dirigentes. Diz que nunca teve relações próximas com Marcos Valério e outros operadores do esquema e nega ter comprado votos no Congresso. **Decisão:** José Dirceu foi condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha e recebeu pena de 10 anos e 10 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 676 mil em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogado:** José Luís Mendes de Oliveira Lima

⁵ <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=11541>

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/ojulgamento>



José Genuíno Neto

Foi membro da direção da UNE (União Nacional dos Estudantes). Entrou para o PC do B e participou da Guerrilha do Araguaia nos anos 70. Em 1982 foi eleito deputado federal pelo PT. Obteve mais cinco mandatos na Câmara, o último deles entre 2006 e 2010. Presidente do PT à época do mensalão, atualmente é assessor especial do Ministério da Defesa. **Acusação:** Participou das negociações com os partidos aliados e com os bancos que alimentaram o valerioduto. Orientou a distribuição do dinheiro do esquema. **Defesa:** Diz que não lidava com as finanças do PT, apenas com a articulação política. Afirma que só assinou os contratos dos empréstimos dos bancos por obrigação formal como presidente da sigla. Nega ter orientado a distribuição de recursos do esquema. **Decisão:** Foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com pena de 6 anos e 11 meses de prisão que deverá cumprir inicialmente em regime semiaberto, além do pagamento de R\$ 468 mil em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogada:** Sandra Maria G. Pires



Delúbio Soares de Castro

Entrou para a política nos anos 1970, no Movimento da Anistia em Goiânia. Professor de matemática, foi um dos fundadores do PT, da CUT e do Sintego (Sindicado dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás). Era o tesoureiro do PT quando o mensalão veio à tona. Expulso da sigla no auge do escândalo, foi reintegrado em 2011 e vive em Goiânia, onde trabalha para voltar à política. **Acusação:** Responsável pelas finanças do PT na campanha presidencial de 2002 e no início do governo Lula, negociou com Marcos Valério a montagem do esquema, segundo a Procuradoria, e orientou a distribuição de recursos para os partidos aliados ao governo. De acordo com a denúncia, mandou assessores sacarem R\$ 550 mil do valerioduto. **Defesa:** Confirma os empréstimos de Marcos Valério, mas diz que o dinheiro era para saldar dívidas contraídas pelo PT e pelos partidos governistas em campanhas eleitorais, e não para comprar votos no Congresso. Afirma que não ofereceu vantagem indevida para servidores públicos e que é "inútil" comprar votos de parlamentares de partidos já aliados. **Decisão:** Foi condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha, e a pena de 8 anos e 11 meses de prisão, que deverá cumprir inicialmente em regime semiaberto, além do pagamento de R\$ 325 mil em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogado:** Celso Santos Vilardi



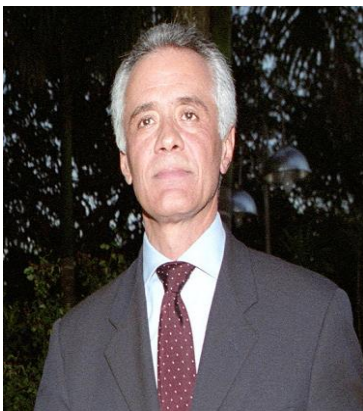
Silvio José Pereira

Era secretário-geral do PT, mas pediu a desfiliação durante o escândalo. Depois da eleição de Lula, em 2002, organizou a relação de todos os cargos federais e negociou sua distribuição entre membros do PT e aliados. Não tinha cargo no governo, mas despachava regularmente no Planalto. Foi excluído do processo após fazer acordo com a Justiça. Saiu do PT e se afastou da política. Hoje, trabalha no restaurante de sua família em Osasco (SP). **Acusação:** Como secretário-geral do PT, participou das negociações com os partidos que apoiaram o governo Lula no Congresso, segundo a denúncia. **Defesa:** Negou a existência do mensalão. Fez acordo com a Justiça para livrar-se do processo cumprindo pena alternativa. Prestou 750 horas de serviços comunitários durante três anos. **Advogado:** Gustavo Henrique Righi Ivahi Badaró



Marcos Valério Fernandes de Souza

Em 2005, era sócio nas agências DNA Propaganda e SMP&B Comunicação, que tinha cinco contas do governo federal, entre elas a do Banco do Brasil. Ficou preso por três meses em 2009, acusado de sonegação fiscal, e novamente em 2011, por causa de uma fraude com títulos de terra na Bahia. Foi condenado em fevereiro a nove anos de prisão por sonegação e falsificação de documentos públicos e recorre em liberdade. Vive em Belo Horizonte e tem negócios como consultor e pecuarista. **Acusação:** Segundo a Procuradoria, ele criou o esquema clandestino que financiou o PT e outros partidos governistas, desviando recursos obtidos com contratos de publicidade firmados com o Banco do Brasil e a Câmara dos Deputados e usando empréstimos fraudulentos dos bancos Rural e BMG para disfarçar a origem do dinheiro. **Defesa:** Diz que os empréstimos foram regulares, não houve desvios na execução dos contratos de publicidade e os serviços foram prestados adequadamente. O dinheiro, afirma, foi distribuído aos políticos era para pagar dívidas que eles contraíram em campanhas eleitorais, e não para comprar votos no Congresso. **Decisão:** Foi condenado por formação de quadrilha, corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, e a pena de 40 anos, 4 meses e 6 dias de prisão, mais o pagamento de R\$ 2,78 milhões em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogado:** Marcelo Leonardo



Ramon Hollerbach Cardoso

Na época do escândalo, era sócio de Marcos Valério no grupo de empresas do qual faziam parte a SMP&B e a DNA Propaganda. Hoje, Hollerbach é dono de uma consultoria em Belo Horizonte.

Acusação: De acordo com a Procuradoria, ele participou da negociação dos empréstimos e dos contratos de Marcos Valério com o Banco do Brasil e a Câmara dos Deputados. **Defesa:** Diz que cuidava das peças publicitárias produzidas por uma das agências de Valério e não lidava com assuntos financeiros. Confirma os empréstimos para o PT, mas nega saber qual era o destino real do dinheiro. **Decisão:** Foi condenado por evasão de divisas, corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, e a uma pena de 29 anos, 7 meses e 20 dias de prisão, mais o pagamento de R\$ 2,78 milhões em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída.

Advogado: Hermes Vilchez Guerreiro



Cristiano de Mello Paz

Na época do escândalo, era sócio-presidente das empresas SMP&B e da Graffiti. Atualmente, é dono de uma agência, em sociedade com seu filho. **Acusação:** Participou da negociação dos empréstimos e da distribuição de recursos a políticos, com o objetivo de obter contratos de publicidade. O empresário também é acusado de remessa irregular de dinheiro para o exterior.

Defesa: Afirma que os empréstimos foram regulares, assim como a execução dos contratos de publicidade. Diz que não tinha responsabilidade pelos setores administrativos e financeiros das agências. **Decisão:** Foi condenado por formação de quadrilha, corrupção ativa, peculato e lavagem de dinheiro, e a uma pena de 25 anos, 11 meses e 20 dias de prisão, mais o pagamento de R\$ 2,5 milhão em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogados:** Castellar Modesto Guimarães Filho; José Antero Monteiro Filho; Carolina Goulart Modesto Guimarães; Castellar Modesto Guimarães Neto e Izabela Artur Costa



Rogério Lanza Tolentino

É advogado e era sócio das empresas de Marcos Valério envolvidas no escândalo do mensalão. **Acusação:** Participou da negociação dos empréstimos e ajudou a montar o esquema de distribuição dos recursos para os políticos. **Defesa:** Afirma que os empréstimos foram regulares. Nega ter participado da distribuição do dinheiro. **Decisão:** Tolentino foi condenado por formação de quadrilha, corrupção ativa e lavagem de dinheiro, e a pena de 8 anos e 5 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 312 mil em multas. **Advogado:** Paulo Sérgio Abreu e Silva



Simone Reis Lobo de Vasconcelos

Era diretora financeira da SMP&B na época do mensalão. Deixou a agência e hoje trabalha em uma empresa de pesquisas em Belo Horizonte. **Acusação:** Distribuiu o dinheiro do valerioduto dando instruções ao Banco Rural, sacando cheques na boca do caixa e fazendo pagamentos pessoalmente. **Defesa:** Admite ter entregado o dinheiro, mas diz que cumpria ordens de Marcos Valério e seus sócios, sem saber o objetivo dos pagamentos. **Decisão:** Foi condenada por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e evasão de divisas, e a pena de 12 anos, sete meses e 20 dias de prisão, mais o pagamento de R\$ 374 mil em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. **Advogados:** Leonardo I. Yarochevsky e Daniela V. Bonaccorsi



Geiza Dias dos Santos

Perfil: Era gerente financeira da SMP&B, subordinada a Simone Vasconcelos. **Acusação:** Segundo o Ministério Público, ela ajudava a distribuir recursos do valerioduto para deputados. **Defesa:** Afirma que cumpria ordens e não sabia dos acordos da empresa com o PT. **Decisão:** Absolvida. **Advogado:** Paulo Sérgio Abreu e Silva



Kátia Rabello

Presidia o Banco Rural à época do mensalão. Hoje, Rabello é acionista do grupo Rural. **Acusação:** Como presidente do Banco Rural, negociou os empréstimos que alimentaram os cofres do PT e o valerioduto na esperança de obter do governo vantagens na liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco. **Defesa:** Argumenta que os empréstimos eram regulares. Ela admitiu ter se reunido com José Dirceu duas vezes para tratar da liquidação do Mercantil, em encontros arranjados por Marcos Valério, mas diz que essas conversas não resultaram em vantagens para o banco. **Decisão:** Foi condenada por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta de instituição financeira e evasão de divisas, e a pena de 16 anos e 8 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 1,5 milhão em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de formação de quadrilha, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogado:** Theodomiro Dias Neto



José Roberto Salgado

Era diretor do Banco Rural quando o escândalo do mensalão veio à tona. Atualmente, trabalha como consultor de empresas em Belo Horizonte. **Acusação:** Autorizou a contratação e a renovação dos empréstimos para o PT e as empresas de Marcos Valério e transferiu ilegalmente recursos para o publicitário Duda Mendonça no exterior. **Defesa:** Diz que cuidava da área internacional do banco e não participou da negociação e da aprovação dos empréstimos. Afirma que movimentou recursos de Duda no exterior, mas não participou da transferência do dinheiro para fora do país. **Decisão:** Foi condenado por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta de instituição financeira e evasão de divisas, e a uma pena de 16 anos e 8 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 926 mil em multas. **Advogado:** Márcio Thomaz Bastos



Vinícius Samarane

Era diretor de Controles Internos do Banco Rural à época do mensalão. Atualmente, é vice-presidente do banco. **Acusação:** Deixou de comunicar às autoridades sobre os saques do valerioduto e as irregularidades nos empréstimos. **Defesa:** Afirma que não participou da negociação dos empréstimos nem os autorizou. Argumenta que não era diretor quando os saques ocorreram e diz não conhecer os outros acusados que não são do Banco Rural. **Decisão:** Foi condenado por lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta de instituição financeira, e a pena de 8 anos, 9 meses e 10 dias de prisão, mais o pagamento de R\$ 598 mil em multas. **Advogado:** José Carlos Dias e Maurício de Oliveira Campos Júnior



Ayanna Tenório T. de Jesus

Assumiu o cargo de vice-presidente do Banco Rural em 2004. Atualmente, trabalha como consultora de Recursos Humanos. **Acusação:** Autorizou a renovação dos empréstimos no Banco Rural, de acordo com a Procuradoria. Também é acusada de não ter notificado o Banco Central sobre as operações suspeitas feitas pelas empresas de Marcos Valério. **Defesa:** Diz que cuidava da área de recursos humanos do banco e apenas seguiu orientação de José Roberto Salgado para votar em renovação de empréstimos. Afirmar que só começou a ser responsável por notificar o Banco Central sobre movimentações suspeitas em janeiro de 2005, ou seja, depois dos acontecimentos. **Decisão:** absolvida. **Advogado:** Antônio Claudio Mariz de Oliveira



João Paulo Cunha

Era deputado pelo PT em terceiro mandato na época das denúncias. Absolvido no processo de cassação na Câmara em 2005, foi reeleito em 2006 e 2010 e hoje preside a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. **Acusação:** De acordo com a Procuradoria, recebeu R\$ 50 mil do valerioduto para contratar uma das agências de Marcos Valério, a SMP&B, quando presidia a Câmara dos Deputados, e foi beneficiado pelo desvio de recursos públicos repassados à agência. **Defesa:** Afirmar que o dinheiro do valerioduto era para pagar uma pesquisa eleitoral e ele desconhecia sua origem ilícita. Nega ter cometido irregularidades na contratação da agência e na execução do contrato. **Decisão:** Foi condenado por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro, e a pena de 9 anos e 4 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 260 mil em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de lavagem de dinheiro, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogado:** Alberto Zacharias Toron



Luiz Gushiken

Perfil: Era secretário de Comunicação do governo em 2005. Com a divulgação das denúncias, foi rebaixado a assessor especial da Presidência, até pedir demissão em 2006, logo após a reeleição de Lula. Afastou-se da política para trabalhar como consultor de empresas em São Paulo. O Ministério Público decidiu pedir sua absolvição por falta de provas. Faleceu em 13/09/2013.

Acusação: De acordo com a denúncia, ele autorizou Pizzolato a adiantar os pagamentos do fundo Visanet para a DNA.

Defesa: Afirma que não tinha influência sobre a distribuição dos recursos do fundo Visanet. **Decisão:** Absolvido. **Advogado:** José Roberto Leal de Carvalho



Henrique Pizzolato

Era diretor de marketing do Banco do Brasil na época do esquema. Sindicalista e petista desde a década de 80, fez parte da diretoria do fundo de pensão Previ (Banco do Brasil) e trabalhou na campanha de Lula em 2002, ao lado de Delúbio Soares.

Acusação: De acordo com a Procuradoria, recebeu R\$ 336 mil do valerioduto e autorizou um adiantamento de R\$ 73 milhões do fundo Visanet para a DNA, a agência de Marcos Valério que tinha contrato de publicidade com o BB.

Defesa: Diz que a fiscalização do contrato com a DNA e a administração do fundo Visanet não faziam parte de suas atribuições. **Decisão:** Henrique Pizzolato foi condenado por peculato, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a pena de 12 anos e 7 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 1,272 milhão em multas. **Advogado:** Marthius Sávio Cavalcante Lobato

Pedro da Silva Correa de
Oliveira Andrade Neto

Durante o escândalo do mensalão era presidente do PP e estava em seu sexto mandato. Foi cassado em 2006.

Acusação: Segundo a Procuradoria, como presidente do PP, ele participou das negociações que levaram ao repasse de pelo menos R\$ 3 milhões do valerioduto e ao uso da corretora Bônus Banval para distribuir o dinheiro. **Defesa:** Admite ter recebido apenas R\$ 700 mil para ajudar o ex-deputado Ronivon Santiago (AC) a pagar advogados. A defesa diz que o partido já era da base governista e não faria sentido seus deputados receberem para votar a favor do governo. **Decisão:** Corrêa foi condenado por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva, e a pena de 9 anos e 5 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 1,132 milhão em multas. **Advogado:** Eduardo Antônio Lucho Ferrão



José Mohamed Janene

Líder do PP na Câmara na época do escândalo, foi absolvido no processo de cassação de mandato em 2005. Morreu em 2010.

Acusação: De acordo com a Procuradoria, como líder da bancada do PP, ele captou pelo menos R\$ 3 milhões do valerioduto para garantir o apoio do partido ao governo e usou a corretora Bônus Banval para distribuir o dinheiro disfarçando sua origem. **Defesa:** Admitiu apenas ter recebido R\$ 700 mil para ajudar o ex-deputado Ronivon Santiago (AC) a pagar advogados e negou acusação de venda de voto. Com sua morte, Procuradoria extinguiu denúncia contra ele. **Decisão:** Não foi julgado. **Advogado:** Marcelo Leal de Lima Oliveira



Pedro Henry Neto

Era líder do PP na Câmara quando o mensalão veio à tona. Além do escândalo, é acusado de envolvimento na Máfia das Sanguessugas, esquema de licitações irregulares para compra de ambulâncias. Foi secretário de Saúde de Cuiabá, e atualmente exerce seu quinto mandato na Câmara. **Acusação:** A Procuradoria diz que ele participou das negociações que levaram ao repasse de pelo menos R\$ 3 milhões do valerioduto para o PP e ao uso da corretora Bônus Banval para distribuir o dinheiro. **Defesa:** Nega ter tratado de assuntos financeiros com o PT e diz que não tinha conhecimento da origem ilegal dos valores recebidos pelo PP. **Decisão:** Henry foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a pena de 7 anos e 2 meses de prisão em regime semiaberto, mais o pagamento de R\$ 962 mil em multas. **Advogado:** José Antônio Duarte Alvares

João Cláudio de Carvalho
Genu

Perfil: É filiado ao PP e era assessor de José Janene na época do escândalo do mensalão. **Acusação:** A Procuradoria diz que ele sacou R\$ 1 milhão do valerioduto para o PP. **Defesa:** Diz que cumpriu ordens do chefe, o deputado Janene, e não sabia que estava cometendo crimes. **Decisão:** Foi condenado por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva, e a pena de 7 anos e 3 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 480 mil em multas. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de lavagem de dinheiro, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída.

Advogado: Marco Antônio Meneghetti



Enivaldo Quadrado

Perfil: Era sócio-proprietário da Bônus Banval. A corretora teve seu registro cancelado em 2009. **Acusação:** Recebeu, segundo a Procuradoria, R\$ 11 milhões do valerioduto para repassar o dinheiro a pessoas ligadas ao PP. **Defesa:** Diz que desconhecia a origem ilícita dos recursos e os destinatários dos repasses indicados por Marcos Valério. **Decisão:** Foi condenado por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, e a pena de 5 anos e 9 meses de prisão, mais o pagamento de R\$ 528 mil em multas. **Advogada:** Priscila Correa Gioia



Breno Fischberg

Era sócio-proprietário da corretora Bônus Baval. **Acusação:** De acordo com a Procuradoria, recebeu R\$ 11 milhões do valerioduto para repassar o dinheiro a pessoas ligadas ao PP. A estratégia era esconder a origem do dinheiro usado no esquema. **Defesa:** Diz que desconhecia a origem ilícita dos recursos e os destinatários dos repasses indicados por Marcos Valério. **Decisão:** Breno Fischberg foi condenado por lavagem de dinheiro, e a uma pena de 5 anos e 10 meses de prisão, que deve cumprir inicialmente em regime semiaberto, além de multa de R\$ 528 mil. É um dos réus que têm direito a um novo julgamento para o crime de lavagem de dinheiro, possibilidade aberta depois da aceitação pelo STF de recursos chamados embargos infringentes. Por causa disso, sua pena ainda pode ser diminuída. **Advogado:** Leonardo Magalhães Avelar



Carlos Alberto Quaglia

Era dono da corretora Natimar na época do mensalão. **Acusação:** A denúncia diz que ele emprestou a corretora para que a Bônus Banval repassasse parte dos recursos destinados ao PP. **Defesa:** Argumenta que a conta de sua empresa foi usada contra sua vontade e notificou a Bônus Banval ao perceber o problema, para que o dinheiro fosse devolvido aos seus donos. **Decisão:** O STF anulou o processo em relação a Quaglia, aceitando um pedido do advogado, que alegou cerceamento de defesa. Proc. (A/S)(ES) [sic]: Defensor Público-Geral Federal



Valdemar Costa Neto

Era deputado federal pelo PL quando o caso do mensalão veio à tona. Renunciou ao mandato para evitar a cassação em 2005. Articulou a fusão do PL com o Prona para criar o PR, foi eleito de novo para a Câmara em 2006 e reelegeu-se em 2010. **Acusação:** O Ministério Público diz que ele recebeu R\$ 8,8 milhões do valerioduto e usou uma empresa fantasma, a Guaranhuns, para disfarçar a origem do dinheiro. Teria negociado com o PT um acordo para obter os recursos em troca do apoio do PL ao governo no Congresso. **Defesa:** Diz que o dinheiro era para pagar dívidas da campanha eleitoral de 2002, e não para comprar votos no Congresso. Afirma que, por orientação do PT, contratou um empréstimo com a Guaranhuns para antecipar o recebimento do dinheiro que mais tarde seria repassado pelo valerioduto. **Decisão:** Valdemar foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a uma pena de 7 anos e 10 meses em regime semiaberto, mais R\$ 1.080 milhão de multa. **Advogado:** Marcelo Luiz Avila de Bessa



Jacinto de Souza Lamas

Foi tesoureiro do PL e trabalhava como assessor de Valdemar Costa Neto (PL-SP) na época do mensalão. **Acusação:** Sacou R\$ 1 milhão do valerioduto para o PL, segundo a denúncia. **Defesa:** Afirma que cumpriu ordens do chefe, o deputado Valdemar Costa Neto, e que não sabia da origem ilegal do dinheiro. **Decisão:** Jacinto Lamas foi condenado por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva, e a uma pena de 5 anos em regime semiaberto, mais o pagamento de R\$ 240 mil em multas. **Advogado:** Délio Lins e Silva



Antônio de Pádua Souza Lamas

Perfil: Era assessor da liderança do extinto PL na Câmara dos Deputados. **Acusação:** Sacou R\$ 350 mil do valerioduto para o irmão, o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas, diz a Procuradoria. **Defesa:** Afirma que cumpriu ordens da direção do partido. O Ministério Público decidiu pedir sua absolvição devido à ausência de provas. **Decisão:** Absolvido. **Advogado:** Délio Lins e Silva



Carlos Alberto Rodrigues
Pinto (Bispo Rodrigues)

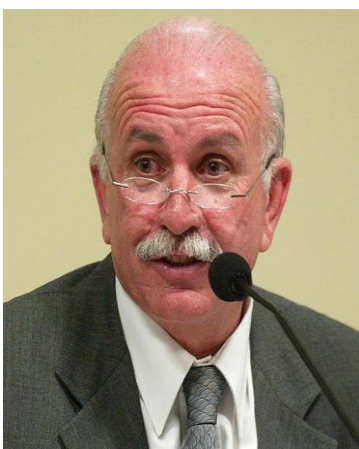
Ligado à Igreja Universal, começou sua carreira parlamentar na Câmara em 1999, sendo reeleito deputado pelo PL em 2003. Renunciou ao mandato para evitar ser cassado em 2005. Atualmente, é empresário de telecomunicações.

Acusação: Segundo a Procuradoria, recebeu R\$ 150 mil do valerioduto para votar a favor do governo. **Defesa:** Afirma que não vendeu voto na Câmara e que o dinheiro era para pagar dívidas da campanha eleitoral de 2002. **Decisão:** Bispo Rodrigues foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a pena de 6 anos e 3 meses de prisão, que deve cumprir inicialmente em regime semiaberto, além do pagamento de R\$ 696 mil em multas. **Advogado:** Marcelo Luiz Ávila de Bessa



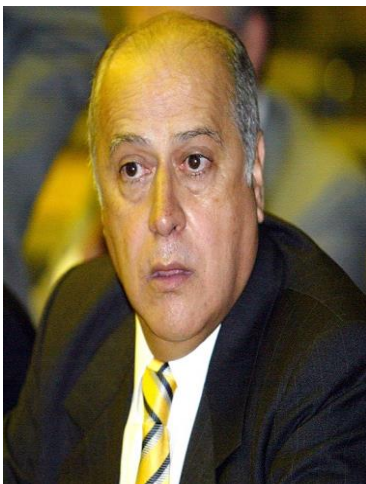
Roberto Jefferson Francisco

Perfil: É o delator do mensalão. Em entrevista à **Folha** no dia 6 de junho de 2005, o então deputado federal revelou um esquema de pagamento mensal a deputados para que eles votassem a favor do governo no Congresso. Cassado pela Câmara em 2005, é atualmente o presidente do PTB, que apoia o governo Dilma Rousseff no Congresso. **Acusação:** É acusado de receber R\$ 4,5 milhões do valerioduto para votar a favor do governo no Congresso, depois de fechar um acordo em que o PT prometeu entregar R\$ 20 milhões para o PTB. **Defesa:** Afirma que desconhecia a origem ilícita dos recursos e nega ter votado a favor do governo em troca de dinheiro. Diz que as negociações com o PT faziam parte de um acordo para as eleições municipais de 2004. **Decisão:** Jefferson foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a pena de 7 anos e 14 dias de prisão em regime semiaberto, mais o pagamento de R\$ 720,8 mil em multas. **Advogado:** Marcos Pedreira Pinheiro de Lemos



Emerson Eloy Palmieri

Foi primeiro-secretário do PTB e trabalhava como tesoureiro informal do partido, ajudando na arrecadação de recursos. Quando o escândalo veio à tona, pediu demissão da diretoria de Administração e Finanças da Embratur, cargo que ocupava desde 2003. **Acusação:** De acordo com a denúncia, participou das negociações em que o PT prometeu arranjar R\$ 20 milhões para o PTB. Teria recebido do valerioduto R\$ 4 milhões para o partido. **Defesa:** Afirma que cumpria ordens da direção do PTB, sem autonomia para tomar decisões sozinho. Nega que fosse tesoureiro informal do partido. **Decisão:** Palmieri foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e a pena de 4 anos de prisão, mais o pagamento de R\$ 228 mil em multas. **Advogados:** Itapuã Prestes de Messias e Henrique de Souza Vieira



Romeu Pereira Queiroz

É advogado e empresário e ingressou na carreira política em 1987, como deputado constituinte em Minas Gerais. Eleito deputado estadual em 1990 e 1994, foi líder do governo na Assembleia durante a gestão de Eduardo Azeredo (PSDB) no Estado, também acusado de envolvimento com Marcos Valério. Absolvido no processo de cassação na Câmara em 2005, trocou o PTB pelo PSB. **Acusação:** Segundo a Procuradoria, recebeu R\$ 102 mil reais da Usiminas, repassados pela SMP&B na campanha de 2004. **Defesa:** Admite o recebimento dos recursos doados pela Usiminas, mas diz que apenas repassou os valores para o PTB enquanto exercia a função de segundo secretário da legenda. **Decisão:** Queiroz foi condenado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, e a pena de 6 anos e 6 meses de prisão, mais R\$ 858 mil em multa. **Advogados:** José Antero Monteiro Filho; Leonardo Issac Yarochevsky; Flávia Gonçalves de Queiroz e Dalmir de Jesus



José Rodrigues Borba

Atualmente prefeito de Jandaia do Sul (PR) pelo PP, José Borba era deputado federal pelo PMDB-PR na época das denúncias do mensalão. Em 2005, renunciou à cadeira na Câmara para evitar ser cassado. **Acusação:** Segundo a denúncia, ele recebeu R\$ 200 mil do valerioduto para votar a favor do governo. **Defesa:** Nega ter recebido o dinheiro e diz que apoiava o governo por convicção. **Decisão:** José Borba foi condenado por corrupção passiva, e a uma pena de 2 anos e 6 meses em regime aberto, mais o pagamento de R\$ 390 mil em multas. Seu tempo de prisão foi convertido em um pagamento de 300 salários mínimos e restrição de interdição temporária de direitos, como de exercer cargo ou função. **Advogados:** Roberto Berthold e Michel Saliba Oliveira



Paulo Roberto Galvão da Rocha

Era o líder da bancada do PT na Câmara quando foi envolvido nas denúncias do mensalão. Sindicalista, foi eleito deputado pela primeira vez em 1990 e renunciou ao seu quarto mandato em 2005 para evitar ser cassado. Em 2010, concorreu ao Senado, mas não se elegeu. **Acusação:** Recebeu R\$ 820 mil do valerioduto, afirma o Ministério Público. **Defesa:** Diz que o dinheiro era para pagar dívidas da campanha eleitoral de 2002. **Decisão:** Absolvido. **Advogados:** Márcio Luiz da Silva; Desirée Lobo Muniz Santos Gomes e João dos Santos Gomes Filho



Anita Leocádia P. da Costa

Perfil: Era chefe de gabinete do deputado Paulo Rocha (PT-PA) durante o escândalo do mensalão. Atualmente, trabalha na assessoria do PT em Brasília. **Acusação:** A denúncia diz que ela sacou R\$ 620 mil do valerioduto para Paulo Rocha. **Defesa:** Afirma que cumpriu ordens do deputado e não sabia que a ação era criminosa. **Decisão:** Absolvida. **Advogado:** Luís Maximiliano Leal Telesca Mota



Luiz Carlos da Silva
(Professor Luizinho)

Perfil: Era líder do governo na Câmara quando o escândalo do mensalão estourou e hoje é empresário na Bahia. Petista desde a fundação do partido, foi deputado estadual por dois mandatos. Absolvido no processo de cassação na Câmara em 2005, tentou se eleger vereador em Santo André (SP) em 2008, sem sucesso. **Acusação:** Recebeu R\$ 20 mil do valerioduto, afirma o Ministério Público. **Defesa:** Diz que, sacado por um assessor sem o seu conhecimento, o dinheiro foi repassado ao PT para pagar dívidas da campanha de 2004. **Decisão:** Absolvido. **Advogado:** Márcio Luiz da Silva



João Magno de Moura

Na época do escândalo, era deputado federal pelo PT-MG. Foi vice-prefeito de Ipatinga (MG) em 1988, elegeu-se prefeito em 1991 e entrou na vida parlamentar ao assumir como suplente na Câmara em 2001. Absolvido no processo de cassação em 2006, trabalha como consultor na área de educação em Ipatinga. **Acusação:** Segundo a Procuradoria, recebeu R\$ 360 mil do valerioduto. O dinheiro teria sido enviado por Marcos Valério em depósitos em contas de seus assessores. **Defesa:** Argumenta que o dinheiro era para pagar dívidas de campanhas eleitorais. **Decisão:** Absolvido. **Advogado:** Olinto Campos Vieira



Anderson Adauto Pereira

Perfil: Atualmente, é prefeito reeleito de Uberaba (MG) pelo PMDB. Na época das denúncias, era ministro dos Transportes. Foi deputado estadual em Minas por quatro mandatos e deputado federal pelo PL. Admitiu ter feito caixa dois em todas as eleições que disputou e coordenou, afirmando que a prática é comum no Brasil. **Acusação:** Segundo a denúncia, recebeu R\$ 950 mil do valerioduto e apresentou o esquema à cúpula do PTB. **Defesa:** Diz que o dinheiro era para saldar dívidas da campanha eleitoral de 2002 e ele desconhecia sua origem ilícita. Nega ter apresentado o esquema ao PTB. **Decisão:** Absolvido. **Advogado:** Roberto Garcia Lopes Pagliuso



José Luiz Alves

Ex-chefe de gabinete de Anderson Adauto no Ministério dos Transportes, atualmente é presidente do Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba, cidade administrada atualmente pelo ex-ministro. **Acusação:** Sacou R\$ 600 mil para o então ministro Anderson Adauto, diz a Procuradoria. **Defesa:** Diz que cumpriu ordens do chefe. Nega ter feito só dois dos 17 saques apontados pelo Ministério Público. **Decisão:** Absolvido. **Advogado:** Roberto Garcia Lopes Pagliuso



José Eduardo Cavalcanti de Mendonça (Duda Mendonça)

É publicitário e foi responsável pela campanha vitoriosa de Lula em 2002. Em 2010, voltou a trabalhar com campanhas políticas. **Acusação:** Segundo a Procuradoria, recebeu R\$ 11 milhões do valerioduto, dinheiro que não declarou e teve parte transferida ilegalmente para contas no exterior. **Defesa:** Diz que desconhecia a origem ilícita dos recursos e que o dinheiro era para saldar dívidas da campanha de 2002. Segundo ele, os depósitos mantidos no exterior são regulares, com valores abaixo do que é obrigatório declarar ao Banco Central. **Decisão:** Absolvido. **Advogado:** Luciano Feldens



Zilmar Fernandes Silveira

É sócia do marqueteiro Duda Mendonça em sua agência de publicidade. **Acusação:** De acordo com a denúncia, sacou R\$ 1,4 milhão do valerioduto para Duda Mendonça e transferiu recursos ilegalmente para o exterior. **Defesa:** Afirma que desconhecia a origem ilícita dos recursos. O dinheiro era para saldar dívidas da campanha de 2002. Segundo ela, os depósitos mantidos no exterior são regulares. **Decisão:** Absoluta. **Advogado:** Luciano Feldens

2.4. Empresas Envolvidas

2.4.1 Estatais

- **Furnas:** Segundo o deputado Roberto Jefferson, Furnas repassou R\$ 3 milhões por mês ao Partido dos Trabalhadores (PT) e seus aliados;
- **Eletronuclear:** O presidente da empresa Paulo Figueiredo (indicado pelo PCdoB, aliado do PT) e o ex-assessor do ministro José Dirceu e ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno são suspeitos de terem manipulado os fundos de pensão da estatal para desviar dinheiro ao PT.
- **Petrobras:** Segundo o deputado Roberto Jefferson, foi uma das principais empresas usadas pelo PT para desviar recursos para o partido. Em 5 de julho de 2005 o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, renunciou ao cargo porque foi descoberto que ele recebeu de presente um automóvel Land Rover da empresa GDK, vencedora de uma licitação de U\$ 90 milhões junto à Petrobras.
- **Instituto de Resseguros do Brasil (IRB):** segundo Roberto Jefferson, Marcos Valério articulou um encontro com representantes da Portugal Telecom, ligada ao Banco Espírito Santo (BES). Nesse encontro ficou decidida a transferência de U\$ 600 milhões do IRB ao BES e que este compraria as linhas de transmissão da estatal Eletronorte. De acordo com o deputado, a operação renderia até R\$ 120 milhões para o PT e o PTB. O próprio Jefferson foi acusado de intervir junto ao IRB para arrecadar fundos para seu partido, o PTB. Jefferson admitiu a manobra, contudo disse que ela foi legal e que as doações seriam registradas legalmente e feitas por empresários indicados pelo então presidente do IRB.
- **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT):** Inicialmente o deputado Roberto Jefferson foi acusado de comandar um esquema de corrupção nos Correios. Jefferson admitiu a existência de um esquema de corrupção, mas alegou que ele era controlado pelo PT. Em depoimento à CPI dos Correios, Maurício Marinho, que foi chefe do Departamento de

Contratação e Administração de Material da estatal, citou os nomes do então secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, e do então ministro Luiz Gushiken, como as pessoas que teriam influência na administração da empresa, e que deveriam ser responsabilizadas por alguns contratos realizados pela estatal.

2.4.2 Fundos de Pensão

- **Previ:** fundo de pensão do Banco do Brasil. Seu presidente, Sérgio Ricardo Silva Rosa, é filiado ao PT e foi indicado pela presidência do Banco do Brasil.
- **Nucleos:** O representante dos funcionários no Conselho Deliberativo do Nucleos, Neildo de Souza Jorge (PT), acusou o ex-secretário de Comunicação do PT e ex-assessor do ex-ministro José Dirceu, Marcelo Sereno, de usar os fundos de pensão Nucleos para arrecadar dinheiro para o partido. O patrimônio total do fundo Nucleos é de R\$ 461,4 milhões (dezembro de 2004).

2.4.3 Empresas de Comunicação

- **O Globo:** segundo o deputado Roberto Jefferson, o jornal O Globo produziu reportagens de veracidade e parcialidade duvidosa com o intuito de favorecer o governo. O ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, supostamente tinha influência na redação do jornal.
- **Revista Época:** a Revista Época faz parte do mesmo grupo O Globo e também foi acusada de trabalhar para o governo.

2.4.4 Empresas Privadas

- **DNA:** empresa de Marcos Valério. No centro do escândalo, a empresa de Valério é acusada de ter sido favorecida em contratos com o governo

federal além da distribuição de grande soma de recursos financeiros para vários políticos e partidos brasileiros. Algumas das transferências da empresa de Valério já foram identificadas pelas CPIs que investigam o escândalo.

- **Graffiti Participações:** empresa de Marcos Valério, suspeita de ter sido utilizada no suposto esquema de desvio de dinheiro e/ou caixa dois do PT. O dinheiro era transferido do Banco BMG para a Graffiti e então repassado para o PT. **Multiaction:** Multiaction Entretenimentos Ltda – empresa especializada em eventos pertencente a Marcos Valério e suspeita de ter sido favorecida em contratos com os Correios, entre outras irregularidades.
- **SMP&B:** empresa de Marcos Valério suspeita de ter sido usada para lavagem de dinheiro e transferência de dinheiro tanto para o Mensalão tucano durante o governo FHC quanto para o Partido dos Trabalhadores durante o governo Lula.
- **Banco Opportunity:** empresa de Daniel Dantas, suspeita-se que tenha sido o principal financiador do suposto mensalão, sendo a empresa controladora da companhia de telecomunicações Brasil Telecom, com contratos milionários de publicidades com as empresas de Marcos Valério.
- **Aeropostal Brasil Transporte Aéreo Ltda:** ver Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda.
- **Ágora, Alexander Forbes, Assurê Seguros, Coopergay:** O relatório da comissão de sindicância interna do IRB relatou que o ex-presidente da estatal, Lídio Duarte, e o ex-diretor comercial, Eduardo Lucena, executaram operações atípicas que favoreceram essas corretoras. A Assurê pertence a Henrique Brandão, amigo do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).
- **Athenas Trading:** segundo o relator da CPI dos Correios esta empresa enviou milhares de dólares para o exterior, em operações suspeitas de servirem para lavagem de dinheiro.
- **Barcelona Turismo:** empresa do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, usada para operações de envio e recebimento de dólares do exterior.

- **Bônus-Banval:** corretora suspeita de fazer parte do esquema de distribuição de dinheiro operado pelo empresário Marcos Valério. A corretora efetuou pagamentos a pessoas indicadas por Valério.
- **Brasil Telecom:** o ex-presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, disse à CPI da Compra de Votos que Marcos Valério tinha ações e poder para interferir na empresa. A Brasil Telecom é a principal empresa de telecomunicações das regiões Sul, Centro-Oeste e dos Estados do Acre, Rondônia e Tocantins.
- **Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda:** Ao lado da Aerpostal Brasil Transporte Aéreo Ltda, operava o serviço de Correio Aéreo Noturno da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A empresa teve seus sigilos bancário, fiscal e telefônico quebrados pela CPI dos Correios. A empresa foi suspeita de ter sido favorecida com licitações e superfaturamento de contratos com os Correios. Segundo o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), a Express e a empresa Skymaster (concorrente da licitação) tinham um acordo através do qual a vencedora do processo de licitação para prestar serviços aos Correios deveria partilhar os lucros e serviços com a outra. Através disso, segundo o relator, as empresas ajustavam por antecipação os lances da licitação. Serraglio disse que “isso resultou no prejuízo de R\$ 64 milhões” para os Correios.
- **Churrascaria Porcão:** restaurante de Brasília onde ocorreu um show da famosa dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano com o objetivo de arrecadar fundos para o Partido dos Trabalhadores, que na época pretendia realizar a construção de uma nova sede do Partido. O Banco do Brasil comprou 150 ingressos para seus clientes, no valor estimado de 25 mil Reais, que foram devolvidos ao Banco quando houve a denúncia pública.
- **Comam:** Comercial Alvorada de Manufaturados, empresa de Arthur Wascheck, que fornecia material de saúde e informática para os Correios. Waschek foi quem mandou gravar a fita em que aparece o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios,

Maurício Marinho, recebendo R\$ 3 mil. A empresa foi suspeita de ter sido favorecida em contratos atípicos com os Correios.

- **Consórcio Alfa:** Em depoimento à CPI dos Correios, o ex-chefe de departamento dos Correios, Maurício Marinho, colocou sob suspeita um grande contrato firmado em 2004 entre os Correios e o Consórcio Alfa, do qual fazem parte as empresas Novadata e Positivo. Os contratos, da ordem de R\$ 120 milhões, eram para a aquisição de kits para o Banco Postal e o Projeto Sara (Serviço de Automação da Rede de Atendimento).
- **Consórcio Postel:** consórcio de empresas brasileiras montado pela empresa italiana Postel. Há indícios de que houve superfaturamento de mais de R\$ 2 bilhões no processo de implantação do Correio Híbrido (sistema de recebimento eletrônico e impressão de dados) dos Correios. O consórcio da Postel venceu a licitação para o serviço no valor de R\$ 4,5 bilhões, oferecendo mais tarde um desconto de 3%, totalizando R\$ 4,3 bilhões. O preço médio de mercado pelo mesmo serviço é de R\$ 1,3 bilhão. A negociação seria de responsabilidade dos ex-diretores Eduardo Medeiros de Moraes (Tecnologia) e Maurício Coelho Madureira (Operações), ambos indicados pelo Partido dos Trabalhadores. A suspeita foi levantada por Maurício Marinho durante depoimento à CPI dos Correios.
- **CPA: Consultoria, Planejamento e Assessoria.** A empresa foi acusada pela CPI da Câmara Municipal de Iturama, em Minas Gerais, de participar de um esquema de desvio de verbas da prefeitura da cidade, em 1996. O ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto (PL) é amigo e ex-sócio dos donos da CPA, Sérgio José de Souza e Rômulo de Souza Figueiredo, os quais são suspeitos das irregularidades. A empresa contribuiu para a campanha política de Adauto. Marcos Valério contou que repassou R\$ 1 milhão para Anderson Adauto entre junho de 2003 e janeiro de 2004. José Luiz Alves, assessor de Adauto e atual prefeito de Uberaba, disse para a CPI do Mensalão, em 5 de outubro de 2005, que a pedido de Adauto sacou dinheiro do Banco Rural das contas de Marcos Valério duas vezes, totalizando R\$ 200 mil.

- **CPEM: Consultoria para Empresas e Municípios.** A empresa é ligada ao compadre de Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Teixeira, que também é padrinho do filho mais novo de Lula. O economista e integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) de longa data, Paulo de Tarso Venceslau, disse que em 1997 acusou as prefeituras do PT de beneficiarem irregularmente a empresa CPEM. Estariam envolvidos no escândalo a cúpula do PT e o então presidente de honra Luiz Inácio Lula da Silva.
- **Duda Mendonça & Associados Propaganda:** empresa de Duda Mendonça, responsável pela campanha de Lula para Presidente em 2002, e da maioria das campanhas publicitárias do governo federal e do Partido dos Trabalhadores até meados de agosto de 2005. Duda contou à CPI dos Correios que foi pago através de contas abertas no exterior. O governo e o PT não quiseram mais os serviços de Duda depois que ele fez essa declaração.
- **Express:** empresa de cobrança e factoring de propriedade de Alexandre Vasconcelos Castro. Vasconcelos realizou saques do Banco Rural em nome de Marcos Valério, conforme documento do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).
- **Gamecorp:** empresa de Fábio Luís Inácio Lula da Silva, filho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A empresa recebeu em janeiro de 2005 um investimento da ordem de R\$ 5 milhões da empresa de telefonia Telemar e teve uma ascensão surpreendente fora do padrão do mercado.
- **Gtech:** empresa envolvida em negociações suspeitas envolvendo a renovação de contratos com a Caixa Econômica Federal. Ver escândalo dos Bingos.
- **Globalprev:** se chamava Gushiken & Associados até que um dos sócios, Luiz Gushiken, saiu no final de 2002. A empresa registrou um crescimento surpreendente depois que Gushiken assumiu o cargo de ministro.

- **Guaranhuns** (não confundir com Garanhuns, nome da cidade natal de Lula): Sabe-se, até o momento, que a empresa Guaranhuns Empreendimentos e Participações S/C Ltda, localizada em Santana do Parnaíba (SP), recebeu cheques nominais no valor de R\$ 2,2 milhões da agência SMP&B, do publicitário Marcos Valério e que ela sacou mais de R\$ 7 milhões no Banco Rural de uma conta usada pela SMP&B. As autoridades suspeitam que a empresa é de fachada e que foi usada para acessar de maneira ilegal recursos financeiros armazenados no exterior. Suspeita-se ainda que um de seus sócios ocultos seria Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil e ex-tesoureiro do PSDB, que ficou conhecido durante o processo de privatizações das telecomunicações levadas a cabo no governo de Fernando Henrique Cardoso, por ser o suposto autor da célebre frase "Estamos agindo no limite da irresponsabilidade". Por conta dessa suspeita, Ricardo Sérgio foi convocado recentemente para ser ouvido na CPMI dos Correios.
- **HHP: *Hand Held Products Brasil Ltda***: O ex-chefe de Contratação e Administração dos Correios, Maurício Marinho, disse ao Ministério Público que a empresa foi favorecida pelo então secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, para que ela vencesse contratos na compra de impressoras portáteis e microcoletores de dados. Segundo Marinho, teria tomado parte nessa operação Edilberto Petry, assessor do ex-diretor de Ciência e Tecnologia dos Correios, Eduardo Medeiros, indicado por Pereira.
- **Interbrazil**: seguradora investigada pela Polícia Federal suspeita de ter sido favorecida irregularmente em contratos bilionários na área de seguros com empresas estatais do setor elétrico. A empresa era praticamente desconhecida no mercado, até que depois de ter ajudado integrantes do Partido dos Trabalhadores de Goiás conseguiu fechar negócios no valor de R\$ 4,6 bilhões com estatais. A CPI dos Correios comprovou que a Companhia Energética de Goiás (Celg) adquiriu uma apólice de seguro no valor de R\$ 1,2 bilhão sem que a Interbrazil tivesse capital para cobrir o sinistro.

- **Leão & Leão:** serviço de coleta de lixo. Segundo o advogado Rogério Buratti, o então Prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci (1993-1996), cobrava ilegalmente da Leão & Leão e de outras empresas cerca de R\$ 50 mil mensais. A quantia era supostamente encaminhada para o diretório do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo.
- **MM: M&M Consultoria Jurídica e Administrativa:** empresa de Belo Horizonte pertencente a Marcelo Coelho Aguiar e Walter Santos Neto. Coelho Aguiar foi assessor da Secretaria de Comunicação (SECOM) do governo Lula. A empresa é suspeita de receber recursos financeiros de outras empresas (propina) e repassá-los ao Partido dos Trabalhadores. A empresa é suspeita de ter recebido R\$ 2,09 milhões da Gtech, entre dezembro de 2002 e junho de 2003.
- **Marfinite:** Empresa Fornecedora de Caixas para os Correios. A empresa foi citada pelo ex-chefe de Compras dos Correios, Maurício Marinho, entre um dos contratos suspeitos e que mereceriam uma investigação por parte da CPI.
- **Norospar:** Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná. Organização criada em setembro de 2003 pelo médico José Alcindo Gil, é responsável pelo Hospital São Paulo, localizado em Umuarama, no Paraná. No final de 2003, três meses após sua criação, a entidade recebeu R\$ 1 milhão em verbas da parcela reservada a emendas parlamentares, sem que nenhum deputado tenha solicitado a verba. Gil é amigo de José Dirceu.
- **Novadata:** A Novadata é uma empresa de informática que pertence ao empresário Mauro Dutra, que tem ligações com o Partido dos Trabalhadores. Suspeita de ter sido beneficiada com grandes contratos com a empresa de Correios.
- **Qualix Serviços Ambientais:** empresa de serviço de coleta de lixo suspeita de ter se beneficiado de fraude na licitação para o serviço de coleta de lixo da cidade de São Paulo, durante a gestão da Prefeita Marta

Suplicy. Há a suspeita de que a empresa tenha contribuído para um fundo não declarado (caixa dois) do Partido dos Trabalhadores.

- **Scopus:** empresa de informática vinculada ao Banco Bradesco, ganhou contrato para a manutenção de equipamentos de informática dos Correios em quase todo o território brasileiro. Apontada pelo ex-diretor de Contratações e Compras dos Correios, Maurício Marinho, como uma das empresas cujos contratos com os Correios deveriam ser investigados.
- **Skymaster:** empresa de transporte aéreo de carga acusada pela CPI dos Correios de ter gerado prejuízo de milhões de reais nos Correios através da prática de superfaturamento e manipulação de contratos.
- **Varig:** citada pelo deputado Roberto Jefferson durante um de seus depoimentos para uma das comissões parlamentares de inquérito. O deputado deixou a entender que pode ter havido interferência escusa de alguém do governo durante negociação entre a empresa brasileira VARIG e portuguesa TAP. A VARIG era a maior empresa de transporte aéreo da América Latina.
- **Vega Serviços Ambientais:** serviço de coleta de lixo. Suspeita de ter sido beneficiada com fraudes nos contratos para o serviço de coleta de lixo na cidade de São Paulo durante a gestão da Prefeita Marta Suplicy (PT).
- **Villimpress:** gráfica de Ribeirão Preto. O ex-gerente financeiro da Villimpress, Luciano Maglia, declarou à CPI dos Bingos que a gráfica emitia por mês de R\$ 25 a R\$ 30 mil em notas para a empresa Leão & Leão, que cuidava da coleta de lixo em Ribeirão. O dinheiro seria usado nas campanhas políticas do Partido dos Trabalhadores, inclusive na campanha Presidencial de 2002, que elegeu Lula.

2.4.5 Instituições Financeiras

- **Banco Rural e BMG:** bancos utilizados por Marcos Valério para suas operações. Também são os bancos que fizeram os supostos empréstimos ao PT intermediados por Marcos Valério. Sobre esses bancos, pairam

suspeitas de benefícios indevidos por parte de políticas do governo, que teria direcionado a eles recursos milionários de fundos de pensão (caso do Banco Rural), além de ter dado uma preferência inexplicada ao BMG na concessão de licença para obtenção de crédito vinculado ao INSS. De fato, o patrimônio e os recursos aplicados destes bancos septuplicou durante o governo Lula.

- **Banco do Brasil:** também usado por Marcos Valério para suas operações.
- **Banco *Opportunity*:** grupo financeiro de Daniel Dantas, envolvido em uma polêmica disputa societária com o fundo de pensão Previ, do Banco do Brasil, pelo controle da operadora de telefonia Brasil Telecom. Marcos Valério teria sido contatado pelo *Opportunity* através de Carlos Rodenburg, alto executivo do grupo, para intervir junto ao governo em prol de uma resolução do conflito societário favorável ao *Opportunity*.

2.4.6 Empresas Estrangeiras

- **Portugal Telecom:** segundo o deputado Roberto Jefferson, seguindo sugestão do então Ministro da Casa Civil, José Dirceu, o secretário do PTB, Emerson Palmieri, deveria testemunhar uma reunião entre o empresário Marcos Valério com Miguel Horta Costa, presidente da Portugal Telecom, durante a qual seriam pedidos recursos financeiros para o PT e PTB. Dirceu, Valério e Horta negaram essa reunião. O secretário do PTB confirmou.
- **TAP:** ver "VARIG".
- **Banco Espírito Santo:** ver "Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)".
- **Somague:** grupo português de construção civil, suspeito de ter sido beneficiado por um suposto tráfico de influência praticado por Rogério Tadeu Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Buratti disse que as negociações foram normais e negou a acusação de tráfico de influência. O Ministério da Fazenda, num primeiro momento, negou o encontro com a empresa portuguesa, mas depois voltou atrás e admitiu que

recebeu um representante da mesma, em uma audiência considerada normal.

- **Beacon Hill:** Nome da Conta Bancária supostamente usada por Marcos Valério para suas operações.
- **Esfort Trading:** Empresa uruguaia com sede em Montevideu e proprietária da empresa Guaranhuns (ver Guaranhuns). Foram identificadas pela CPI dos Correios pelo menos duas remessas para a conta no Banrisul da Esfort Trading nas Ilhas Cayman. Uma movimentação foi de 1 milhão de dólares feita em 2002 e a outra foi de 100 mil dólares, em 2003.

Após a instalação da CPI dos Correios, em 2005, e depoimento dos vários envolvidos, o STF aceitou, em 2007, a denúncia contra os envolvidos, que passaram à condição de réus. As principais acusações foram formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta e evasão de dívidas.

No último julgamento, ocorrido em 23/09/2013, alguns dos acusados adquiriram o direito de um novo julgamento, podendo ter suas penas diminuídas, de acordo com novas provas apresentadas

“**Decisão:** O Tribunal rejeitou a preliminar de preclusão suscitada pelo Ministro Marco Aurélio. Por maioria, *deu provimento ao agravo regimental para admitir os embargos infringentes*, vencidos os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente), Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Marco Aurélio.” (Ação Penal STF 470) (grifo meu)

3 COMBATE À CORRUPÇÃO

3.1 Prevenção e Controle

A corrupção, na verdade, não está ligada somente ao poder público e a atuação de seus agentes, está também vinculada a valores sociais, educação e cultura de cada cidadão, o que não significa que seja uma falha individual das

peças não resistirem à sedução de ganhos sem esforços, de transgressão de seus deveres. Speck (2004) diz que a corrupção é um crime de cálculo, e nunca deixará de existir completamente em nenhuma sociedade e o que diferencia sua prática são basicamente as oportunidades que o sistema oferece no sentido de chances para o desvio, sua descoberta, a severidade da punição e aplicação desta. “Uma política consistente de controle da corrupção se torna cada vez mais necessária” (SPECK, 2004).

A Controladoria-Geral da União - CGU⁷ é o órgão federal responsável pela fiscalização e detecção de fraudes no que tange ao dinheiro público federal. Além disso, sua atribuição é também desenvolver meios de prevenção à corrupção antes que essa ocorra por meio do órgão subordinado Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, criado especialmente para centralizar as ações de prevenção da corrupção. Ante de sua criação, as ações de prevenção da corrupção eram implementadas de forma dispersa em vários setores da CGU. Além de promover a atuação preventiva, a nova estrutura viabilizou a implantação de programas inovadores, tornando o Brasil referência internacional quando se trata de prevenção da corrupção. A Secretaria, criada em janeiro de 2006, foi reestruturada em setembro de 2013, por meio do Decreto nº 8.109

Art. 17. À Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção compete:

I - formular, coordenar, fomentar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e normas voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social na administração pública;

II - estimular e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e normas voltados à prevenção da corrupção e ao fortalecimento da transparência, da integridade e da conduta ética no setor privado e na sua relação com o setor público;

III - promover, coordenar e fomentar a realização de estudos e pesquisas, visando à produção e à disseminação do conhecimento nas áreas de prevenção da corrupção, promoção da transparência, acesso à informação, conduta ética, integridade e controle social;

⁷ www.cgu.gov.br

IV - promover a articulação com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuem no campo da prevenção da corrupção, de promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social;

V - participar em fóruns ou organismos nacionais e internacionais relacionados ao combate e à prevenção da corrupção, à promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social;

VI - gerenciar, acompanhar e avaliar os programas de cooperação internacional e os compromissos e convenções internacionais assumidos pela União inseridos em assuntos de sua competência;

VII - promover e monitorar o cumprimento do disposto nos [artigos 68 e 69 do Decreto nº 7.724, de 2012](#), em articulação com as demais unidades da Controladoria-Geral da União; e

VIII - orientar e supervisionar tecnicamente, no âmbito de sua competência, as ações realizadas pelas Controladorias-Regionais da União nos Estados.

Parágrafo único. As ações desenvolvidas pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção relativas à conduta ética devem observar as competências da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Os programas implantados pelo órgão são Acesso à Informação Pública, Brasil Transparente, Consocial, Conflito de Interesses, Observatório da Despesa Pública, Portal da Transparência e Programa Olho Vivo, sendo que, dentre estes, o mais conhecido é o Portal da Transparência⁸, que permite à população visualizar e controlar os gastos públicos em todos os âmbitos.

Em sua tese apresentada ao órgão federal supracitado, Maciel (2005) diz que

“Qualquer programa efetivo de combate à corrupção deve iniciar com o estabelecimento de novas regras que garantam que o resultado será o desejado pela sociedade. Este resultado será garantido se as regras estabelecidas proporcionarem um sistema de incentivos que torne o investimento produtivo, e não o oportunismo, lucrativo. Para que comportamentos oportunistas sejam minimizados, as regras nesta sociedade devem (i) garantir direitos de propriedade; (ii) conter um sistema

⁸ <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

de cumprimento das leis efetivo e eficiente; e (iii) restringir e limitar a habilidade do governo de impor redistribuições ineficientes.” (Maciel, 2005 - p. 30)

Maciel (2005) coloca, ainda, que os efeitos da corrupção para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade é perverso e que afeta negativamente o desenvolvimento de uma nação.

Collier (2000) enfatiza que uma sociedade que está presa em um equilíbrio corrupto necessita de um grande empurrão para se livrar desta situação. Ele enfatiza três estratégias de combate à corrupção: elevar as normas morais, tornando a corrupção menos aceitável; elevar os riscos de punição para os indivíduos envolvidos em corrupção; e mudando as expectativas sobre o comportamento dos servidores, por exemplo, criando novas instituições com incentivos para a honestidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já vimos, corrupção é o abuso da função pública para fins privados e leva o poder público a cair em descrédito pelos cidadãos. “Na medida em que as instituições do Estado são corrompíveis, os cidadãos também deixam de acreditar na ideia do bem comum, um espaço do convívio social fora da lei da selva” (SPECK, 2004). Ainda segundo Speck, a corrupção estabelece uma concorrência desleal entre aquele que segue as normas e leis e o outro que paga propina para fugir do investimento, do pagamento de alguma multa ou algum imposto.

Nos últimos anos vários casos de corrupção estão sendo revelados na mídia, principalmente aqueles apresentados pela oposição para criticar o governo em pontos específicos e, em contrapartida, aumentou-se o nível de investigação pelo próprio governo. A sociedade também tem buscado participar mais ativamente da vida pública de seus representantes por meio de cobranças na transparência de suas atuações junto ao governo. Este é um sinal positivo, pois mostra que a sociedade está mais sensibilizada sobre os abusos de funções

públicas e está cada vez mais consciente dos efeitos nocivos destas práticas para a sociedade como um todo.

Para os estudantes de Ciência Política e aqueles que se interessam pelo estudo da prática de corrupção, O Escândalo do Mensalão do PT é um tema rico tanto em fontes para pesquisas quanto para aprimoramento no tema corrupção. Para alguns autores sobre o tema, o mensalão é o típico modelo de corrupção, como bem explica James Batista Vieira:

“A prática de suborno, especialmente no setor público, quando materializada pelo pagamento de propina a políticos e burocratas, ainda é de longe a principal maneira como o senso comum, além de parte significativa da literatura, compreende a corrupção. São exemplos dessas práticas: i) o tráfico de influência, ii) a troca de favores, iii) o pagamento de propinas para eximir o corruptor de taxas, obrigações e/ou favorecer as fraudes, iv) obter informações privilegiadas, v) garantir vantagens em licitações e contratos públicos, etc. (LANGSETH, 2006; PHILP, 2006).”

A partir de uma vasta teoria informacional disponível na literatura brasileira acerca do assunto, será possível desenvolver com detalhes todo o histórico da corrupção no legislativo brasileiro, em especial o tema abordado, que nos permite extrair das mais variadas fontes confiáveis.

REFERÊNCIAS

VIEIRA, J. B. *Corrupção: um mapa analítico*. Jus Navigadi, Teresina, ano 17, nº 3384, 6/out 2012. <http://jus.com.br/revista/texto/22759>

POWER, T. J. and GONZÁLEZ, J. *Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial*. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2003, no.21, p.51-69. ISSN 0104-4478

LA PORTA, R., LOPEZ-DE-SILANES, SHLEIFER, A. & VISHNY, R. W. 1997. Trust in Large Organizations. *American Economic Review*, Nashville, v. 87, n. 2, p. 333-338, May.

PUTNAM, R. 1993. *Making Democracy Work*: Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press.

KLITGAARD, R. 1988. *Controlling Corruption*. Berkeley: University of California Press.

_____. 1998. International Cooperation against Corruption. *Finance and Development*, Washington, D.C., v. 35, n. 1, p. 3-6. Mar.

JOHNSTON, M. (1997). Agentes Públicos, Interesses Particulares e Democracia Sustentável: Quando a Política e Corrupção se Unem. in: ELLIOTT, Kimberly Ann (org.) *A corrupção e a Economia Global*. 1a ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. 354p.

MACIEL, F. G. *O controle da corrupção no Brasil*. [S.l.: s.n.], 2005. 48 p.
<https://bvc.cgu.gov.br/handle/123456789/2662>

COLLIER, P. (2000). *How to Reduce Corruption*. African Development Bank, Blackwell, p.191-205.

TREISMAN, D. 1999. *Decentralization and Corruption*: Why Are Federal States Perceived To Be More Corrupt? Paper presented at the Annual Congress of the American Political Science Association, Atlanta, September.

_____. 2000. The Causes of Corruption : A Cross-National Study. *Journal of Public Economics*, Saskatoon, v. 76, n. 3, p. 399-457, June.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. Corrupção in *Dicionário de Política*. Editora: Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1, p. 291-293.

Código Penal Brasileiro atualizado. Art. 312, Parte Especial. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Decreto 8.109, de 2013. In https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8109.htm

SPECK, B. W. “*Corrupção, Prevenção e Controle*”. Jornal Correio Braziliense, 30/03/2004. In <http://www.transparencia.org.br/>